

LINHA DE CRÉDITO PARA APOIO À REVITALIZAÇÃO DO SETOR DO COMÉRCIO DE ALBUFEIRA

Condições de Elegibilidade e Processo de Validação

Versão V.1

Empresas Beneficiárias

Conceito

Definição

Micro Pequenas e Médias Empresas (PME), certificadas pela Declaração Eletrónica do IAPMEI que:

- Desenvolvam atividade enquadrada nos CAE da Secção G, divisão 47 (Setor do Comércio) ou outras atividades enquadradas em lista de CAE a divulgar pela Entidade Gestora da Linha, desde que apresentem declaração emitida pela Câmara Municipal que ateste que exploram estabelecimentos abertos para o espaço público que estejam em situação de contiguidade com estabelecimentos comerciais
- Apresentem declaração emitida Câmara Municipal de Albufeira ou por outra autoridade local que venha a ser designada para o efeito, confirmando a razoabilidade do valor dos danos identificados pela empresa beneficiária para efeitos de pedido de financiamento junto dos Bancos
- Sendo Empresários em Nome Individual enquadrados no regime simplificado de tributação, apresentem no momento da candidatura ficha descritiva do património (ativos fixos e circulantes) afeto à atividade empresarial

Outras Condições

Inexistência de situações de incumprimento

- (i) Sem dívidas perante o FINOVA à data do enquadramento
- (ii) Situação regularizada junto da Segurança Social e Administração Fiscal à data da contratação do financiamento
- (iii) Empresas que não cumpram as condições referidas nos pontos anteriores, poderão ter acesso à Linha desde que assumam o compromisso, por escrito, a constar do contrato de financiamento, que procederão à respetiva regularização no prazo de 6 meses a contar da data de contratação da operação

Outras

- (i) Não se encontrar sujeita a processo de insolvência nem preencher os critérios, nos termos do seu direito nacional, para ficar sujeita a processo de insolvência, a pedido dos seus credores
- (ii) As empresas deverão emitir declaração atestando se são Empresas Autónomas ou se integram o conceito de Empresa Única, nos termos do nº 2 do Artigo 2.º do Regulamento (UE) N.º 1407/2013, de 18 de dezembro de 2013, do Regulamento (UE) N.º 1408/2013, de 18 de dezembro de 2013 e do Regulamento (UE) N.º 717/2014, de 27 de junho de 2014
- (iii) Apresentem uma situação líquida positiva no último balanço aprovado, condição não aplicável aos Empresários em Nome Individual enquadrados no regime simplificado de tributação
- (iv) Os projetos de investimento devem, até à data da libertação da primeira parcela do financiamento, encontrarem-se autorizados pelas entidades competentes, quando legalmente exigível

Operações

Elegíveis

Definição

- (i) Operações destinadas ao financiamento de investimentos em obras e substituição de equipamentos resultantes dos estragos provocados pelo temporal, devidamente identificados pela empresa lesada, validados pela Câmara Municipal ou por outra autoridade local que venha a ser definida, e de fundo de maneo, com o limite de 20% do valor do investimento em capital fixo.

Não Elegíveis

Operações financeiras que se destinem a:

- (i) Reestruturação financeira e/ou consolidação de crédito vivo
- (ii) Liquidar ou substituir de forma direta ou indireta, ainda que em condições diversas, financiamentos anteriormente acordados com o Banco
- (iii) Aquisição de viaturas e bens em estado de uso